



**A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DO PPP EM UMA GESTÃO
DEMOCRÁTICA PARA UMA INTERAÇÃO POSITIVA DA ESCOLA E
FAMÍLIA**

**Belo Horizonte
2011**

REGINA LÚCIA FARIA DE ARAÚJO

**A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DO PPP EM UMA GESTÃO
DEMOCRÁTICA PARA UMA INTERAÇÃO POSITIVA DA ESCOLA E
FAMÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^o Mírian Queiroz de Souza Daniel

**Belo Horizonte
2011**

REGINA LÚCIA FARIA

**A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DO PPP EM UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA
VISANDO UMA INTERAÇÃO POSITIVA DA ESCOLA E FAMÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^a Mírian Queiroz de Souza Daniel (orientadora) - UFMG

Prof^o Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior - UFMG

**Belo Horizonte,
2011**

Dedico este trabalho ao secretário de Educação, Jorge Neder, que se empenha para uma melhor qualidade de trabalho dos diretores do município e a Roberta Lima Candiá, que muito contribuiu para o aprimoramento do meu trabalho, o que facilitou a minha confiança para que eu chegasse até aqui.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente quero agradecer aos familiares pelo apoio e incentivo.

Aos amigos e colegas do curso pela troca de experiências ao longo do curso.

Agradeço aos orientadores pelo empenho e dedicação.

E finalmente agradeço a Deus a oportunidade de estudo e qualificação.

“O sonho pelo qual brigo, exige que eu invente em mim a coragem de lutar ao lado da coragem de amar”.

Paulo Freire

RESUMO

Este estudo deseja refletir sobre conceitos referentes ao Projeto Político Pedagógico (PPP) e sua importância diante de uma gestão democrática visando a interação da família e escola. A parceria entre pais e a instituição de ensino demanda prudência, estudo, compreensão e acima de tudo, interação por parte dos gestores, por este motivo podemos afirmar que é de extrema relevância que se dedique atenção na elaboração do PPP, pois é a partir deste e de acordo com seus conceitos que esta parceria deve ser estabelecida.

A finalidade é que essa parceria se edifique através de uma mediação projetada e consciente, em que a instituição escolar consiga esquematizar ambientes de reflexão, conhecimentos e sugestões com o grupo de envolvidos com o processo educativo, incluindo, no entanto, família e escola constituindo, principalmente, o elo entre as duas instituições.

A compreensão do processo de elaboração do PPP numa gestão democrática visando construir uma interação com a família é o principal objetivo dessa análise crítica. Ao buscar compreender os principais elementos que interagem na relação família-escola avançamos na compreensão de elementos que confluem na qualidade do ensino-aprendizagem dos alunos-sujeitos.

Este estudo nos coloca frente aos desafios das funções da escola num mundo contemporâneo assim como aos desafios que cabem às famílias, que tem ganhado constituições diferenciadas da constituição tradicional, reconhecida pela escola como modelo único. Refletir sobre estes desafios certamente contribuirão para avanços na qualidade do ensino para nossas crianças.

Palavras-chaves: família, escola, aluno, parceria, gestão.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	DESENVOLVIMENTO	10
2.1	UMA ANÁLISE NA CONSTRUÇÃO DO PPP NUM PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	10
2.2	A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	12
2.3	A FUNÇÃO DA FAMÍLIA.....	13
2.4	O QUE ESPERAR DA RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA	15
3	CONCLUSÃO	16
4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	17
5	ANEXO	19

1 INTRODUÇÃO

Discutir as questões da importância da família e escola num processo de gestão democrática é atualmente tarefa complexa, mas necessária, tendo em vista as inúmeras vertentes que a temática vem assumindo, nos diferentes contextos em que o assunto é tratado. Para tanto, é necessário perceber como ao longo do tempo, as organizações familiares foram se modificando e verificar como família e a escola podem juntas através de um processo democrático participar do processo educacional de nossas crianças num processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico.

Muitas tentativas para o exercício da democracia no espaço escolar tem criado “instituições meramente cartorárias” (SOUZA apud NUNES, 1999, p. 39) que oficializam os processos de uma gestão democrática:

“esbarram na própria institucionalização da idéia, a ponto de a forma tomar lugar do conteúdo, ou seja, a busca pela ampliação do diálogo e da participação das pessoas na gestão da escola e da educação públicas se transforma na simples organização formal de espaços de representação, os quais, por mais importantes que sejam, não são suficientes para levar a termo o necessário avanço democrático”(SOUZA apud NUNES, 1999, p. 39)

Dessa maneira, percebemos a importância do Projeto Político Pedagógico para o início da integração família/escola num espaço de gestão democrática, pois este pode oferecer uma forma de vínculo, onde são organizadas mutuamente as ações para intensificar a comunicação entre tais instituições sociais. A partir dessa iniciativa, pode-se propor diversas ações para que esta relação seja de parceria e cumplicidade.

Para tentar amenizar as barreiras para uma efetivação no estabelecimento de uma parceria escola e família num contexto democrático venho propor como objetivo central a análise de ações que venham mediar essa parceria.

Essa análise crítica utilizará a metodologia da pesquisa bibliográfica que consiste na busca de uma literatura existente sobre o tema. Esse tema é desafiante na medida que traz os anseios da família pela busca da qualidade do ensino e pela participação nas decisões escolares em prol dessa qualidade. E em contrapartida

essa qualidade de ensino depende em parte da composição administrativa da escola (Paro,1999). Para tanto, a administração é vista como intercessora do processo e dessa maneira é necessário que haja coerência entre os aspectos pedagógicos e administrativos.

Sendo assim, a gestão democrática na viabilização da construção do PPP tem papel fundamental no processo de integração família/escola, pois é daí que deve partir a iniciativa desta união, seja através de reuniões, participações da comunidade em eventos ou simplesmente contatos permanentes da escola mantendo a família informada dos acontecimentos de forma geral.

Para o desenvolvimento dessa análise crítica organizamos o trabalho para fins didáticos com os seguintes capítulos: no capítulo 1 faremos uma análise na construção do PPP num processo de gestão democrática; no capítulo 2 analisaremos a função da família; no capítulo 3 analisaremos a função social da escola. Enfim, a análise dos conceitos teóricos e práticos, que veem apoiada na bibliografia constante no trabalho, é realizada com simplicidade buscando compreender essa parceria entre a família e a escola.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 UMA ANÁLISE NA CONSTRUÇÃO DO PPP NUM PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

As lutas pela implementação de uma gestão democrática se referendam à década de 80, lutas que se fizeram pela democratização e qualidade da escola pública e se concretizaram na “aprovação do princípio de gestão democrática na educação, na Constituição Federal” (C.F. art. 206) e se expressa enquanto Lei Complementar da educação, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96).

Segundo Oliveira, Moraes e Dourado (2011) a Constituição Federal de 1988 estabeleceu alguns princípios para a educação brasileira, tais como obrigatoriedade, gratuidade, liberdade e gestão democrática, sendo regulamentados, a partir de Leis complementares, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A LDB

(9394;96) dispõe sobre a elaboração do PNE (Plano Nacional de Educação) resguardando os princípios da gestão democrática.

Para avançarmos nesta análise buscamos o conceito de gestão democrática como um processo de diálogo efetivo entre escola e família. Oliveira et al(2011) nos reafirma esse conceito:

“o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola” (OLIVEIRA, MORAES e DOURADO, 2011, p.15)

Os processos de uma gestão democrática possibilitam a família, através da elaboração do PPP, um diálogo mais próximo e de tomada de decisões na escola. Assim, a comunidade escolar interna e externa pretende a partir desta interação construir diálogos e interlocuções que se efetivem em ganho para o sujeito aluno, na qualidade dos processos pedagógicos.

Para tanto, ao construir o PPP em uma instituição é possível delinear o que se anseia atingir em um futuro próximo de acordo com as possibilidades e disponibilidades da escola, transformando ou complementando o que foi estabelecido no presente.

Portanto compete à instituição tornar-se um dos agentes de mudança social para instituir um espaço democrático que avalize ao educando o direito de desfrutar da construção do seu conhecimento. Assim, se viabiliza uma gestão (direção, coordenação e supervisão) democrática e atuante na concepção de propostas alternativas e projetos concretos para a superação de problemas escolares, como a evasão e a repetência.

De acordo com José Maria (2005):

[...] a escola constitui-se eminentemente colaboradora e supletiva (nunca substituta) na função e na ação educativas da família. Sob este aspecto, torna-se imprescindível, devido à complexidade da vida moderna, ao desenvolvimento vertiginoso da ciência, sentido a partir da constatação da limitação e da impotência evidentes que a família apresenta

para responder, de maneira satisfatória, às necessidades dos filhos em seu processo de crescimento individual e em sua formação para uma madura e adequada integração à sociedade. Dessa premissa evidente, origina-se, de modo incontestado, a urgência do estabelecimento de um eficiente diálogo educacional família-escola (JOSÉ MARIA 2005, p. 49).

2.2 A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

Partindo do princípio de que a escola necessita estar em sintonia com o mundo e que tem em vista a socialização de seus educandos, é necessário que se adote uma prática docente onde os alunos são o centro da atenção. Para isto, a instituição de ensino deve proporcionar circunstâncias que beneficiem o aprendizado, ou seja, precisa se transformar em um lugar onde haja razão em aprender e entendimento da relevância desse aprendizado no futuro do aluno. Está aí um dos maiores desafios da escola, fazer desse ambiente um meio que promova o aprendizado de forma funcional e prazerosa. De acordo com Libâneo (2005):

Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos, o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos (LIBÂNEO 2005, p.117).

Podemos afirmar que a escola, além disso, apresenta certa resistência em instituir ações que a aproxime da família de seus educandos. De outro lado, a família também não assimilou o conceito de que necessita estar incluída na ação de ensino e aprendizagem. De acordo com Libâneo (2005, p.116): “O grande desafio é o de incluir, nos padrões de vida digna, os milhões de indivíduos excluídos e sem condições básicas para se constituírem cidadãos participantes de uma sociedade em permanente mutação”.

Para que possamos alcançar melhores resultados, é necessário que a escola tome medidas que fortaleçam os laços entre comunidade e escola. Precisamos perceber que o aluno é a parte da escola que aprende e dessa forma, é imprescindível conhecer suas origens e culturas, ou seja, a escola precisa ter habilidades para lidar com pessoas, valores, tradições, crenças complexas e que muitas vezes, não são as que fazem parte de uma cultura instituída.

Assim, a escola precisa ter como objetivos principais, possibilidades de acesso a uma cultura científica e educar seus alunos para que, dessa maneira possa desenvolver suas potencialidades físicas, cognitivas e afetivas, através da aprendizagem dos conteúdos, fazendo com que se transformem em cidadãos atuantes na sociedade em que vivem.

Uma escola voltada para o pleno desenvolvimento do educando valoriza a transmissão de conhecimento, mas também enfatiza outros aspectos: as formas de convivência entre as pessoas, o respeito às diferenças, a cultura escolar. (PENIN, VIEIRA e MACHADO 2001, p.45)

O fato de a escola ser um meio de grande relevância na constituição das comunidades torna o desempenho das pertinências do gestor um elemento de suma importância, para o bom desenvolvimento de relacionamentos interpessoais, devendo ser, acima de tudo ético e democrático. Este, por sua vez, deve sim admitir sua responsabilidade pela qualidade do ensino, mas sempre percebendo que a família dos educandos tem papel fundamental em sua formação e que a parceria entre as duas instituições constituem pilares importantes na construção do conhecimento e formação geral dos alunos.

2.3 A FUNÇÃO DA FAMÍLIA

Podemos afirmar que a princípio cabe à família, primeira instituição na vida da criança, desenvolver o respeito, o conviver, a afetividade, os limites, a sensibilidade. É perceptível e inquestionável, no entanto que a escola tenha sua responsabilidade social, já que cabe a ela promover a inclusão, o respeito à diversidade, o acionar do *start* para a construção do “eu” e o desvendar do “outro”, nesse sentido Libâneo (1995) afirma que “(...) O objetivo da escola, assim, será garantir a todos os saberes e as capacidades necessárias a um domínio de todos os campos da atividade humana, condição para redução das desigualdades de origem social.”

Diante disso, é de fundamental importância percebermos que a criança é participante dos dois meios (escola e família) e é a partir daí, que ela irá construir seus valores, costumes, enfim, sua identidade.

Dessa maneira fica visível que uma instituição completa a outra no âmbito de formação da criança e por isso podemos afirmar que a escola não deve ser uma instituição independente, cerrada e excludente, pelo contrário, deve se estabelecer

como espaço plural, abastada em diversidade e, também, características, devendo ser, desse modo, aberta e para todos. Assim, é imprescindível que a gestão atue como ponte de ligação entre a família e a escola e ainda se mova em uma busca incessante por uma pedagogia que promova o indivíduo significativamente, em sua totalidade e, com isso, promova meios para que se torne possível.

É a partir dessas afirmações que podemos verificar a importância de se desenvolver um Projeto Político Pedagógico que esteja aberto a mudanças, que percebendo as reais necessidades, estabelecendo, acima de tudo um compromisso de colocá-lo em prática, de acordo com seus objetivos e, alterando seu conteúdo conforme as necessidades encontradas ao longo do processo, incluindo, no entanto, a organização curricular, que segundo Menezes e Santos (2002), significa:

“Expressão utilizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para determinar a construção do currículo, no ensino fundamental e médio, ‘com uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela’” (MENEZES e SANTOS, 2002).

Dessa maneira, torna-se claro que a finalidade de todo projeto é transformar uma realidade estática em uma realidade que se movimenta para um futuro melhor, em nosso caso, uma gestão democrática com escola de portas abertas e comunidade escolar envolvida no processo, tendo voz e auxiliando na criação e execução de novos projetos. Sobre isso Gadotti (2001) afirma:

“todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente” (GADOTTI, 2001, p. 37).

A participação efetiva dos pais no ambiente escolar mostra-se, portanto, de extrema importância, uma vez que estes podem colaborar com ideias e propostas jamais pensadas pelo gestor, já que eles fazem parte da realidade local e com isso percebem as dificuldades existentes além dos muros da instituição escolar.

2.4 O QUE ESPERAR DA RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA

Nos dias atuais, mesmo com todos os avanços obtidos, o gestor, na escola ainda se fundamenta no modelo administrativo clássico; estático e burocrático. Diante de tal realidade, torna-se imprescindível compreender novos caminhos e novas atitudes a serem tomadas, uma vez que a relação família –escola, neste contexto foi por muitas vezes deixadas de lado.

Para tanto, é necessário contar com informações disponíveis sobre o valor e as características do envolvimento parental para o melhor rendimento escolar, embora, na prática, insuficiente aplicação deste pode ser observada em circunstâncias escolares e familiares, em relação à promoção de aprendizagem. Os educadores, na maior parte das vezes, entram em contato com os pais somente no momento que se percebem frustrados e incapazes ante a evidências de dificuldades de aprendizagem ou de problemas de comportamento dos seus educandos, e com isso, encontram dificuldade em lidar de maneira adequada. Contudo, dificilmente é possível atingir a percepção de que é incumbência da instituição educacional orientar os pais e sugerir modos de como poderiam auxiliar a criança no seu desenvolvimento e crescimento, de maneira que possam acompanhar e, algumas vezes, complementar as tarefas realizadas na escola.

No entanto, os sentimentos que dominam as famílias é o de não terem conhecimento de como agir perante os questionamentos da instituição escolar e ainda não saberem a maneira de como auxiliar seus filhos, dessa forma perdem a chance, não por “culpa” deles, mas por falta de informação, de aproveitarem ao máximo o potencial que esta relação teria a capacidade trazer como resultado.

Por conseguinte, torna-se perceptível que a instituição de ensino precisa dar o “pontapé” inicial para que essa relação seja estabelecida. Uma vez criado o vínculo com a família de seus educandos, a escola mostra-se interessada e desperta a confiança desses pais em relação ao trabalho feito pelos profissionais que ali trabalham. Dessa maneira, passam a se sentir seguros para solicitar orientação de como auxiliar seus filhos em casa e a escola, em contrapartida, também aprende a maneira correta de lidar com as dificuldades apresentadas em sala de aula, pois conhecendo a realidade de cada um, torna-se, muitas vezes evidente o motivo de tais problemas.

Dessa relação pode-se esperar um elo de troca, união, cumplicidade e acima de tudo companheirismo, onde o foco principal é a criança vista como um ser em crescimento não só físico, mas intelectual, que precisa ser assistida e orientada por pessoas que realmente estejam objetivando a formação integral desta.

3 CONCLUSÃO

Podemos concluir, que a melhor maneira de se garantir o entrosamento entre a escola e a família é primeiramente propor ações de acordo com a realidade de cada escola, tendo como apoio o Projeto Político Pedagógico e trabalhando de maneira a envolver toda a comunidade escolar, buscando, sempre que possível, solicitar a participação destes nos projetos, nas palestras, e em todas as atividades onde possam contribuir de maneira positiva no aprendizado, incentivo e participação dos alunos, tendo em vista a globalidade do educando como pessoa e, dessa maneira, percebendo que além de estudante esta criança também é filho, irmão, amigo, vizinho e, portanto, deve-se pensar em prepará-lo para todas as ocasiões.

Para que isso seja possível, torna-se necessário o envolvimento dos gestores nesta ação, pois, afinal de contas, estes são a peça chave de todo o processo, tendo em vista que o Projeto Político Pedagógico, além de ser criado, inicialmente através dos gestores – com o auxílio dos funcionários e da comunidade escolar -, também só poderá ser executado de acordo com seus objetivos, se estes realmente estiverem envolvidos.

Podemos afirmar, no entanto, que uma escola que conta com um gestor democrático e ainda com o envolvimento parental de seus educandos é, inquestionavelmente, muito mais responsável e dedicada com desenvolvimento de seus alunos, quando comparada àquelas que possuem uma gestão fundamentada em um modelo administrativo clássico, onde não há grandes atitudes e sua maior dedicação é com assuntos burocráticos.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL: Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei N. 9.394/96.

Disponível em <http://WWW.moodle3.gov.br>. Acesso em : 10 de julho de 2011.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo; Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO. E.José. **Autonomia da Escola: Princípios e Propostas**. 4 ed – São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI M. S.; **Educação escolar: políticas estrutura e organização**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação).

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública - a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. - 13. ed. São Paulo: Ed. Loyola,1995.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "**Organização curricular**" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=20>. Acesso em 27/6/2011.

NUNES, A. C. **Gestão democrática ou compartilhada? Uma (não) tão simples questão de semântica**. Revista Caderno Pedagógico. nº 02, março/99. Curitiba: APP-Sindicato, 1999. P. 37-40. Brasil, Constituição Federal-1988

OLIVEIRA, João F., MORAES, Karine Nunes, DOURADO, Luiz Fernando. **Gestão Escolar Democrática: definições, princípios, mecanismos de sua implementação**. Disponível em <http://WWW.moodle3.gov.br>. Acesso em: 18 de julho de 2011.

PARO, V. H. **Administração escolar e qualidade de ensino: o que os pais ou responsáveis tem a ver com isso?**. In: BASTOS, J. B. (org). *Gestão Democrática*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

PENIN, S.. **Progestão: como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade?** – módulo I. Brasília; CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

RAMOS, José Maria Monteoliva. **Educação de Qualidade**. Ed. Loyola. São Paulo: 2005.

SOUZA, Ângelo Ricardo et al. Texto extraído do Caderno 1 da Coleção *Gestão e Avaliação da Escola Pública*. **Planejamento e trabalho coletivo**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba :Ed. da UFPR. 2005, p.15-22. 68 p. - (Gestão e avaliação da escola pública; 1). Disponível em [http: WWW.moodle3.gov.br](http://WWW.moodle3.gov.br). Acesso em: 16 de julho de 2011.

5 ANEXO

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARINETE DAMASCENO PINHEIRO

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

REGINA LÚCIA FARIA DE ARAÚJO

SHEILA PEREIRA TORRES

SILVANA LEOCÁDIA DE PAULA NADALIN

IBIRITÉ, 2010

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARINETE DAMASCENO PINHEIRO

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

IBIRITÉ, 2010

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO.....	8
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	11
4. CURRÍCULO.....	14
5. TEMPO ESCOLAR.....	17
6. PROCESSOS DE DECISÃO.....	21
7. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	23
8. AVALIAÇÃO.....	25
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
10. ANEXOS.....	27
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Educacional Brasileiro tem passado por modificações e reformas que refletem e redefinem as funções desempenhadas pelos trabalhadores em educação, que não tem mais um único papel definido e engessado como há 20 anos atrás. O trabalho desenvolvido deve ser adequado a comunidade e aos alunos atendidos pelo estabelecimento de ensino e para tanto, os profissionais da educação devem ser dinâmicos o suficiente para observar e considerar as particularidades da comunidade escolar, para obter bons resultados e um ensino de qualidade.

Neste cenário de mudanças e transformações sociais foi promulgada em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que trás entre os princípios inovadores do seu texto a criação da gestão democrática que determina no art. 14 que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Assim a Legislação vigente define a introdução da gestão democrática na educação pública nacional como forma de inclusão da comunidade escolar, funcionários, alunos e direção na construção de um ensino de qualidade que atenda as necessidade e expectativas da sociedade. Dessa forma, com a implantação do novo sistema nas instituições públicas, acontece uma descentralização do poder que possibilita ao Governo Federal dividir com os estados, municípios e comunidades escolares as responsabilidades pela educação e a solução de problemas que há muito tempo fazem parte do cotidiano escolar segundo (Azevedo, 2002).

A viabilização da gestão democrática é possível através da construção de um Projeto Político Pedagógico em parceria com a comunidade escolar, os professores, a direção e os funcionários, integrando todos os envolvidos no cotidiano escolar objetivando resgatar o aluno e fazer dele um cidadão crítico diante da realidade que o cerca. E para tanto, ao edificar o PPP em uma escola é possível está projetando o que se deseja realizar em um futuro próximo dentro das possibilidades e disponibilidades da instituição mudando ou aperfeiçoando o que foi construído no

presente. No artigo de Veiga apud Gadotti (2002):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

O governo Fernando Henrique Cardoso, durante o seu mandato, estimulou às escolas na construção do seu Projeto Político Pedagógico sem considerar as particularidades, possibilidades e relação de cada instituição com a sua rede de ensino. Assim segundo Veiga (2002), foi observado através da pesquisa "Retrato da Escola no Brasil", que em muitas instituições, o PPP não tinha sido construído por uma interação que incluísse a comunidade escolar, e sim por pessoas que desconheciam a realidade escolar e que, portanto não faziam parte daquele ambiente em particular.

Identificação da Escola

A Escola Municipal Professora Marinete Damasceno Pinheiro está localizada na Avenida Doutor Paulo Souza Lima nº1150 a 5 km da sede do Município entre os Bairros Vila Ideal, Serra Dourada, Palmares primeira seção e Palmares segunda seção no Distrito Durval de Barros que pertencem à Ibitité. Com o passar dos anos, a comunidade constituída de 15000 habitantes ao entorno da escola cresceu substancialmente devido ao êxodo rural, criando a necessidade de investimentos Municipais em estruturas sócio-culturais que atendessem os anseios dessa população. Dessa forma, foi criada em 1994 numa área de 894,80 m² a referida escola municipal através da Lei 1334/94 para atender em 2 turnos com a carga horária de 4 horas e meia cada um, 1100 alunos na educação infantil (555 anos) e ensino fundamental (545 alunos) com a seguinte estrutura física: cinco banheiros, uma biblioteca, dezesseis salas de aula, um pátio, uma cantina que amplamente utilizada pelos estudantes e funcionários da escola.

Nascida em 07 de setembro de 1922 em Sarzedo, município que fica na

região metropolitana de Belo Horizonte e é filha de Ademar Pinheiro de Rezende e Erotides Damasceno Pinheiro. cursou as quatro primeiras séries do ensino Fundamental na E.E. Professor Ernesto Carneiro Santiago, 5^o a 8^o séries no Ginásio Industrial de Petroquímica e o Ensino Médio, magistério na Escola Sandoval Soares de Azevedo.

Sua carreira na educação foi iniciada em 1979 quando lecionou no MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização de Adultos) da Escola Ernesto Carneiro Santiago e na Escola Infantil Acorda. Em 1982, ingressou na Rede Municipal de Educação no cargo de professora. Logo depois foi convidada a coordenar a Escola Municipal Juscelino Dias de Magalhães no Bairro Brasília em Sarzedo. Sua gestão durou apenas 18 meses, pois foi convidada a trabalhar no Departamento Municipal de Educação em 1984 como chefe de seção na gestão 82/88. E assim permaneceu neste setor e função por mais quatro anos.

Em 1993 foi apostilada pelo então Prefeito Paulo Telles da Silva como diretora de departamento e veio a falecer em 1995 quando surpreendida por uma enfermidade que a levou a óbito em apenas uma semana. Muitas realizações profissionais e pessoais marcaram a sua passagem junto a todos que com ela conviveram e a amaram, deixando lembranças, saudade e gratidão.

A escola conta também com uma equipe formada por vinte um professores P₁, cinquenta professores P₂, dois supervisores pedagógicos em cada turno, cinco secretárias, dez auxiliares de serviços gerais, dois vice-diretores e um diretor que foi eleito democraticamente pela comunidade através de uma eleição que contou com a participação efetiva de familiares dos alunos, funcionários e equipe escolar, que com esse processo encerraram uma época de indicação política na direção escolar que tinha como dirigentes pessoas alheias aos interesses da comunidade e que estavam trabalhando para os políticos e secretaria municipal.

Após a este processo, surgiu a necessidade de edificar projetos que trouxessem a comunidade para dentro da escola e que resgatassem os alunos que por inúmeros motivos estavam sem estudar. Neste contexto, o dirigente, professores, funcionários e especialistas começaram a dialogar com a finalidade de encontrar uma solução para estas questões. Assim, percebeu-se a importância de construir um Projeto Político Pedagógico para esta escola, um documento que fosse específico o suficiente para relatar a realidade daquela comunidade em particular

com todas as suas dificuldades e mazelas.

O reflexo desse processo eleitoral foi percebido também nos anos seguintes através de algumas transformações na relação estabelecida com a comunidade que ficou mais sólida com o desenvolvimento de programas como a Escola Aberta que ao ser realizado no fim de semana, conta com a oficina de violão, artesanato, grafite, hip-hop, vôlei, basquete, futsal e com os Amigos da Escola que são alunos que estudam em um turno e que ensinam colegas de outro turno a jogar xadrez. O resultado destes programas foi a participação efetiva da comunidade na construção de projetos sociais, nas decisões e soluções de problemas que há muito tempo faziam parte do ambiente escolar.

2. FINALIDADES DA ESCOLA

A Legislação Educacional vigente na LDB/96 trouxe grandes transformações aos Estados e Municípios que refletiram também no cotidiano escolar. Ao conhecer a Lei, fez-se necessário a instituição de processos democráticos que colocaram em prática o diálogo e a interação entre as partes interessadas em oferecer um ensino de excelência para os alunos que podem ser futuramente os cidadãos conscientes do seu papel na sociedade atual.

Portanto cabe à escola tornar-se um dos agentes de mudança social para constituir um espaço democrático que garanta ao educando o direito de usufruir da construção do seu conhecimento. Assim, se viabiliza uma gestão (direção, coordenação e supervisão) democrática e atuante na criação de propostas alternativas e projetos concretos para a superação de problemas escolares como a evasão e a repetência. E para tanto, se faz necessário no ambiente escolar a criação segundo Souza (2005, p.27-42) de "ações necessária à realização de uma prática pedagógica crítica e reflexiva".

Nesse sentido a escola tem como finalidades básicas:

- Garantir a permanência do aluno na escola trabalhando a inclusão social em todos os sentidos desde a estrutura física até a execução de currículos e programas compatíveis com a realidade do educando. Através da ampliação de projetos e programas que promovam a permanência do aluno na escola o maior

tempo possível, no sentido de possibilitar a ele um aprendizado maior, troca de experiência e convivência;

- Proporcionar ao professor condições necessárias para o desenvolvimento de seu trabalho através de recursos didáticos e pedagógicos que promovam a aprendizagem. Aquisição de materiais didáticos e pedagógicos, para que o professor utilize e aplique novas metodologias de ensino. Tornando suas aulas mais dinâmicas e atrativas;
- Favorecer a integração do pessoal docente, discente, administrativo e comunidade nos diversos instrumentos da gestão democrática na construção de uma escola de qualidade. Conscientização de toda a comunidade escolar, no sentido de que participem mais conjuntamente para as melhorias da escola;
- Analisar e divulgar informações pedagógicas que fortaleçam e enriqueçam o trabalho dos professores em quadros na sala dos professores para que os mesmos estejam sempre informados e possam usar essas notícias no desenvolvimento de aulas mais interessantes e atuais; Aquisição de painéis e murais para a sala dos professores, no sentido de motivá-los a ler informações e também registrarem suas experiências e sugestões;
- Informar aos pais a respeito do desenvolvimento de seus filhos dentro da escola através de reuniões bimestrais com a entrega das notas com a participação das pedagogas e os professores que conversam com os pais sobre o rendimento escolar, a disciplina e a frequência do aluno; Elaboração e confecção de um boletim escolar, onde os pais poderão acompanhar periodicamente o desempenho acadêmico de seu filho;
- Criar um ambiente dentro da escola para que a família participe da vida escolar interagindo positivamente com a instituição através das festas comemorativas, escola aberta, cursos palestras e colegiado. Mobilização junto aos pais no sentido de participarem do Conselho Escolar;

- Criar um mural para anexar informações a respeito de legislação, direitos e deveres dos profissionais da educação e do educando trazendo a atualização de informações para o aluno e para o professor que ficaram cientes dos seus direitos e deveres; Aquisição de murais e painéis para servir de fonte de informações para alunos e professores;
- Construir ambiente educativo onde todos os segmentos da comunidade escolar sintam-se responsáveis pelo processo educativo e pela conservação do patrimônio escolar; Estabelecer reuniões periódicas com professores e comunidade escolar através do Conselho Escolar, para que todos se sintam parte desse processo e se responsabilizem pela qualidade do ensino e pelo bom desempenho da escola como um todo;
- Trabalhar a interdisciplinaridade entre os conteúdos do currículo em projetos que estejam dentro da realidade do aluno e da comunidade, aproximando assim o conhecimento científico do cotidiano do educando. Construção de uma proposta pedagógica pautada em um currículo moderno, que supere as formas tradicionais de aprendizagem, tendo como filosofia o sóciointeracionismo;
- Ser espaço de interação e discussão com a participação efetiva da comunidade, alunos e equipe escolar na escolha de alternativas que promovam a melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem; Promover seminários, debates e encontros com pais, professores e alunos, de forma a superar alguns conflitos e dificuldades encontradas nas relações estabelecidas no interior da escola.
- Elevar o conhecimento cultural de nossos alunos de forma que eles possam fazer uma análise crítica e real do seu entorno e de suas ampliações, e assim, compreenderem os múltiplos universos e possibilidades em todas as áreas da diversidade cultural e das relações interpessoais. Introdução de novas tecnologias na aprendizagem. Uso de todos os espaços e ambientes dentro e fora da escola. Propiciando ao aluno um conhecimento da cultura de seu local e de outras regiões.

- Conceber o espaço escolar não como um local apenas de transmissão de conhecimento, de preparação para a vida futura e sim de construção de conhecimento, de troca e de relações sócio culturais constantes pode favorecer a motivação e a permanência dos alunos da escola nesse percurso. Conscientizar os professores do bom uso das novas tecnologias como a internet e outras fontes, para motivar seus alunos pela aprendizagem e conceber o espaço escolar como um lugar privilegiado de trocas de experiências.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Escola Municipal Professora Marinete Damasceno Pinheiro almeja diminuir as desigualdades sociais causadoras das situações de exclusão dos bens de consumo e culturais. Para tanto, procura por meio de uma estrutura física, administrativa e pedagógica, tentar oferecer aos alunos um espaço físico adequado com recursos humanos motivados e integrado na construção de uma educação de qualidade. Somado a parte física e administrativa existe também um trabalho pedagógico que cria estratégias fundamentais para a construção de conhecimentos que levem em consideração, a intuição, o sentimento e a emoção como base para o desenvolvimento da cidadania.

Estrutura Física

A escola atende a uma clientela de aproximadamente 1100 alunos que vão desde a educação infantil até o ensino fundamental. Numa região carente, a instituição atende a uma população bastante heterogênea, com faixas etárias e sócio-econômicas diversificadas da Vila Ideal, Serra Dourada, Palmares primeira seção e Palmares segunda seção no Distrito Durval de Barros que pertencem à Ibirité e adjacências, conseqüentemente, um grande número de pais são analfabetos.

Com sérios problemas físicos estruturais, como, toda a parte hidráulica e elétrica, salas, muros e paredes pichadas, rachaduras nas paredes da cantina, ventiladores quebrados, a escola aguarda o recesso de final de ano para

providenciar parte das reformas previstas se os recursos financeiros necessários forem disponibilizados em tempo hábil. Diante desta situação atual, a equipe escolar em união com a direção tem contado com o apoio da comunidade escolar para fazer os pequenos reparos necessários à manutenção do prédio.

Estrutura Administrativa

Além das prioridades necessárias na reforma, pretende-se pintar no chão dos pátios motivos para brincadeiras e jogos como dama e xadrez nos bancos, amarelinha, peteca, vôlei entre outras modalidades, tornando os intervalos de aula mais pedagógicos, com menos correrias, menos acidentes e mais tranqüilo.

Com uma escola restaurada, um recreio mais pedagógico, os equipamentos como bebedouros, banheiros e cantina funcionando plenamente, essas ações trarão muitos benefícios para a comunidade que terão mais prazer em sua conservação, além de ter a sua auto-estima mais elevada, visando melhorar conseqüentemente desta maneira o ensino-aprendizagem.

Em relação aos recursos humanos, a escola tem uma equipe formada por vinte um professores P_1 , cinqüenta professores P_2 , dois supervisores pedagógicos em cada turno, cinco secretárias, dez auxiliares de serviços gerais dois vice-diretores e um diretor formando um grupo integrado e engajado na transmissão do conhecimento.

A escola ainda conta com quatro vigias, sendo dois que trabalham durante o dia e dois à noite, em sistema de turnos de 12h. Quatro assistentes de turno, duas para cada turno, elas ajudam e dão assistência à direção, coordenação e professores. Ajudam na reprodução de atividades dos professores, elaboração de bilhetes e comunicados aos pais e funcionários e também quando na substituição de professores.

Além disso, a escola abre espaço para receber alunos estagiários. O que é muito importante não só para o conhecimento prático dos mesmos, mas também para a escola, no sentido de oportunizar um intercâmbio entre o conhecimento científico trazido pelos estagiários.

A escola possui ainda um laboratório de informática e um laboratório de ciências, onde os alunos têm aulas práticas e podem ter acesso a novas tecnologias

e conceitos.

Os recursos financeiros recebidos pela escola têm sido bem empregados e distribuídos nas necessidades mensais da instituição, e para tanto foi necessário que o gestor tivesse o mínimo conhecimento financeiro dos déficits da escola para que a verba pública fosse empregada corretamente. Isto pode ser observado na qualidade da merenda escolar e na presença de recursos e materiais pedagógicos que permitam ao professor preparar aulas mais dinâmicas e atrativas.

Estrutura Pedagógica

A escola tem vivido parciais graus de autonomia, já que anteriormente a gestão da escola, ficava subordinada a todas as decisões de caráter pedagógico e administrativo da Secretaria de Educação, o que prejudicava substancialmente a atuação da gestora, uma vez, que sua autonomia era limitada em todos os sentidos. Essa autonomia conquistada aos poucos tem interferido positivamente no cotidiano escolar através de reuniões pedagógicas no início do ano letivo para discutir a metodologia de ensino que será trabalhada durante o ano, bem como o planejamento disciplinar dos professores que trabalham dentro da realidade da comunidade promovendo a inclusão e a interdisciplinaridade entre os conteúdos na construção de projetos educativos. A participação dos pais tem sido marcante, cada vez mais os pais têm se interessado em acompanhar a vida escolar de seu filho, esse fato é percebido significativamente durante as reuniões bimestrais e quando por algum motivo disciplinar são convocados para comparecer à escola. Neste sentido, os problemas causados pela indisciplina são passados pelos professores para o especialista educacional que em conjunto com a direção e com os pais tentam encontrar soluções que resolvam o problema. Os maiores problemas em relação à indisciplina, diz respeito à falta de respeito com as normas e regras da escola. Além disso, há um grande problema de respeito uns com os outros, o chamado bullying, que são as agressões morais e físicas entre os alunos.

Os casos de indisciplina são sempre resolvidos em conjunto com os alunos e pais. Primeiramente há uma conversa entre direção, coordenação e aluno, no sentido de levar e conscientizar o mesmo de seu ato, e de não voltar a cometê-lo. Caso isso não resolva, os pais são chamados a virem à escola, para poderem junto

com a direção da escola, conversar e tentar resolver com o filho o problema. Nessa conversa são feitos acordos entre os pais, filhos e escola, para que o aluno não volte a cometer os mesmos erros.

Na contra mão da construção dessa autonomia, existe o calendário escolar que é determinado previamente pela Secretaria de Educação sem considerar as particularidades de cada comunidade.

A enturmação para o próximo ano é feita no final do ano letivo pelos professores da escola formando turmas heterogêneas, ou seja, turmas que apesar de estarem no mesmo nível de aprendizagem, apresentam níveis sociais e culturais diferenciados.

Cada turma tem basicamente 40 alunos no ensino fundamental e 20 alunos na educação infantil. No ensino fundamental I e na educação infantil, cada turma tem um único professor. Já no ensino fundamental II as turmas contam com um rodízio de professores, pois cada um é responsável por uma disciplina totalizando 8 matérias.

Por está inserida em um contexto com uma grande diversidade cultural, social e econômica, diretamente influenciada pela violência intra e extra-familiar, a escola busca a partir da operacionalização dos projetos desenvolverem e ampliar o vínculo da comunidade para com a escola. Dentre esses projetos, podemos citar o projeto Família e Escola uma parceria de sucesso, que tem como objetivo trazer a participação da família na escola, de forma interativa e participativa. Através desse projeto são desenvolvidos encontros entre pais, professores e direção, onde são promovidos debates sobre alguns temas como: saúde, sexualidade, gravidez na adolescência, drogas, bullying, além de oficinas e atividades que incentivam e ensinam os pais a ajudarem seus filhos nos estudos e a organizarem sua rotina de estudo. Além disso, há uma conscientizando as famílias e alunos da importância dessa interação, já que teoricamente, como a escola está para a comunidade, a comunidade deve estar para a escola. Viabilizando assim, a união e parceria entre a escola e a família.

4. CURRÍCULO

Segundo a LDB/96 o currículo deve ter uma base nacional comum e uma

parte diversificada que deveria ser definida de acordo com a realidade de cada região com transversalidade e interdisciplinaridade. Em contraposição à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o currículo trabalhado na Rede Municipal de Ibitaré é definido pela Secretaria Municipal de Educação como universal para todas as escolas, padronizando todas as comunidades como se as mesmas fossem iguais. Diante desta situação se percebe que este instrumento da gestão democrática ainda não foi implantado pelo Município nas escolas da Rede dificultando o progresso das mesmas neste sentido.

Na tentativa de descobrir um novo caminho que insira a escola na gestão democrática, com a construção de um currículo que considere a realidade cotidiana dos alunos e da comunidade escolar superando o olhar fragmentado das disciplinas, a escola tem trabalhado a interdisciplinaridade dos conteúdos curriculares com os professores e a equipe pedagógica. Usando a estratégia de ensino através dos projetos didáticos. Por meio dos projetos os professores introduzem o estudo de temas que não pertencem a uma disciplina específica, mas que envolvem duas ou mais delas. Os projetos didáticos são feitos com o propósito de construir boas situações de aprendizagem, nas quais se evite compartimentalizar o conhecimento, e dar aos alunos um sentido ao esforço de aprender. Os projetos didáticos podem envolver várias disciplinas, porém, isso não deve ser obrigatório. Eles também são importantes, porque abrem novas possibilidades de aprendizagem aos estudantes: viver situações em que é necessário tomar uma decisão sobre que caminho seguir; aprender a fazer um cronograma, considerando uma meta e as condições iniciais para realizar o projeto; decidir que estudos realizarem para resolver um problema; compreender um processo de transformação ou uma questão política; predispor-se a analisar uma situação social complexa e situar quais disciplinas fornecem conhecimentos para esclarecê-la.

É preciso ressaltar que a avaliação de um projeto didático leva em conta, principalmente, as aprendizagens realizadas pelos alunos durante sua realização. Em um projeto didático interdisciplinar, cada professor defini seus objetivos educativos, próprios da disciplina ou área com a qual trabalha.

Dessa maneira os projetos didáticos propiciam, enfim, o estudo de problemas reais e, por isso, complexos, o que implica a necessidade de uma abordagem interdisciplinar. Uma forma de abordar esses problemas reais é por meio dos temas

transversais. Nesse sentido são utilizados os eixos dos Parâmetros Curriculares Nacionais e dos temas transversais, que trazem questões de relevância social e que não devem ser abordadas ou resolvidas a partir de uma única disciplina. Ou seja, para compreender e procurar soluções para os problemas abordados nos temas transversais é preciso que se faça uma abordagem interdisciplinar, caso contrário, corre-se o risco da simplificação excessiva.

A escola tem um compromisso com a construção da cidadania, desenvolvendo uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política. Nessa perspectiva é que foram incorporadas como Temas Transversais as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual e do Trabalho e Consumo."

Seguindo esta trajetória do conhecimento o planejamento didático de cada professor é baseado no CBC do estado de Minas gerais que é implantado nas escolas estaduais. O educador recebe o CBC referente a cada disciplina no início do ano letivo junto com o livro didático e escreve o seu plano de curso integrando: o conteúdo, o CBC, o livro didático e a realidade do aluno. Posteriormente é pensado em conjunto a construção de projetos didáticos entre as diferentes disciplinas que trabalhem os conteúdos que devem ser ensinados e o cotidiano do aluno aproveitado ao seu conhecimento prévio, gerando assim um currículo oculto também.

Os resultados dessa nova trajetória curricular já têm se concretizado na melhora da aprendizagem, na redução da evasão escolar e na diminuição da repetência que eram problemas antigos e que faziam parte da estrutura curricular anterior. Em conjunto com estes bons resultados, a indisciplina tem diminuído muito porque foi despertada no aluno a possibilidade de construir a sua cidadania diante da realidade que o cerca.

Acreditamos que esse planejamento prévio do currículo, pela mobilização e integração da equipe escolar trouxe em torno de atividades que elevam o espírito, proporcionando o desenvolvimento de percepções normalmente inacessíveis ao nosso alunado, pelo melhoramento das relações sociais, pela valorização dos potenciais individuais e, sobretudo pela elevação da auto-estima dos alunos e da

comunidade em geral, é um trabalho que merece o reconhecimento das autoridades educacionais.

5. TEMPO ESCOLAR

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação trouxe inovações e novas possibilidades à organização do tempo escolar ampliando a jornada do aluno do ensino fundamental no Sistema Estadual e Municipal de ensino através do Projeto Aluno em Tempo Integral. Então segundo o art.34 da LDB/96:

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Assim segundo Cavaliere (2007) a ampliação da jornada escolar de quatro para oito horas diárias tem se justificado de muitas formas, entre elas estão: melhora da aprendizagem do aluno, a escola está trabalhando a formação do indivíduo e local seguro para os pais que trabalham fora deixarem seus filhos. Diante dessas muitas justificativas, a escola trabalha o tempo comum paralelo ao tempo integral para promover a resignificação obtida do papel da escola no contexto comunitário, possibilitando-a ser, enquanto espaço, local viável para o desenvolvimento de novas experiências sociais, culturais e educacionais.

Assim a escola organiza o tempo do aluno em quatro bimestres com a duração de básica de três meses em que são trabalhados os conteúdos em união com os projetos interdisciplinares. A pontuação do bimestre é dividida a critério de cada professor em trabalhos e/ou exercícios, uma prova mensal e um uniteste em que o aluno faz quatro questões de cada disciplina no final do bimestre em dois dias previamente marcados pela supervisão pedagógica. A medida que o bimestre vai fluindo e as atividades são desenvolvidas, o professor começa a observar em cada turma os alunos que não estão acompanhando o ritmo da turma e que portanto não conseguirão atingir a média da etapa, então o educador desenvolve paralelamente um trabalho de recuperação para que esses educandos consigam obter o mínimo

necessário para não perder média. Dessa forma, a Recuperação Paralela é destinada aos alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem não superadas no cotidiano escolar, após o atendimento de recuperação contínua, realizada e registrada.

A Recuperação Paralela tem o objetivo de garantir o desenvolvimento, pelo aluno, das estruturas fundamentais lingüísticas e lógico-matemáticas que os possibilitem integrarem e acompanharem na aprendizagem dos conteúdos da série e não dos conteúdos específicos das diferentes disciplinas. As propostas de Recuperação Paralela são elaboradas mediante proposta do Conselho de Classe, a partir da análise das informações registradas nas fichas de avaliação diagnóstica, preenchidas pelo (s) professor (es) da classe, realizando-se registro da reunião.

Os pais dos alunos convocados para recuperação devem receber um comunicado, informando-os sobre o processo de recuperação.

No início do ano letivo é feito um levantamento das dificuldades de aprendizagem dos alunos através de um diagnóstico que é aplicado pelos professores de Português e Matemática em todas as turmas com o objetivo de detectar e encontrar os educandos que necessitam participar do Projeto Alunos em Tempo Integral. O principal objetivo desse projeto é o reconhecimento da escola enquanto parte importante no desenvolvimento integral do sujeito, ultrapassando a problemática ensino/aprendizagem curricular.

Em um segundo momento, os pais dos alunos do projeto são convocados a comparecer na escola para uma reunião com as supervisoras com o objetivo de informá-los sobre o projeto e os motivos que levaram cada educando a fazer parte do mesmo. O passo seguinte é a autorização de cada pai para que o filho participe do projeto que conta com alfabetização, aula de matemática, artes e educação física que são oferecidas ao aluno em um turno contrário ao que ele estuda. Então o educando chega na instituição estuda quatro horas no seu turno de origem, almoça na escola, descansa e fica mais quatro horas no projeto aprendendo e trabalhando as suas dificuldades. O projeto é oferecido apenas para os alunos do ensino fundamental e tem Salas e quadra poliesportiva reservada na escola para ser desenvolvido em sua totalidade, além de professores que trabalham exclusivamente com estes alunos com um horário a parte também.

Durante um sábado de cada mês os professores da educação infantil e do

ensino fundamental são convocados pela prefeitura para fazer um curso de atualização nas diversas áreas do conhecimento. Nestes encontros acontecem a transmissão de conteúdos educacionais e a troca de experiências entre os profissionais das diversas escolas da Rede Municipal que trazem aos educadores uma visão com novas possibilidades.

6. PROCESSOS DE DECISÃO

A viabilização da gestão democrática na Escola Municipal Professora Marinete Damasceno Pinheiro da rede Municipal de Ibitaré iniciou há alguns anos atrás com a primeira eleição direta para o cargo de dirigente escolar com participação da comunidade escolar, alunos, funcionários e professores que estavam diante de candidatos que conheciam a realidade e o cotidiano da instituição. Portanto, esta prática transformou a vida escolar, que anteriormente tinham os seus diretores indicados politicamente de acordo com interesses alheios à escola que objetivavam a obtenção de votos nas eleições. E mostrava claramente a influência do Município na gestão das escolas pertencentes à sua rede de ensino, reduzindo a possibilidade das mesmas exercer a sua autonomia.

O reflexo desse processo eleitoral foi percebido nos anos seguintes através de algumas transformações na relação estabelecida com a comunidade que ficou mais sólida com o desenvolvimento de programas como a Escola Aberta que ao ser realizado no fim de semana, conta com a oficina de violão, artesanato, grafite, hip-hop, vôlei, basquete, futsal e com os Amigos da Escola que são alunos que estudam em um turno e que ensinam colegas de outro turno a jogar xadrez. O resultado destes programas foi a participação efetiva da comunidade na construção de projetos sociais, nas decisões e soluções de problemas que há muito tempo faziam parte do ambiente escolar.

A escola tem vivido parciais graus de autonomia que tem interferido positivamente no cotidiano escolar através de reuniões pedagógicas no início do ano letivo para discutir a metodologia de ensino que será trabalhada durante o ano, bem como o planejamento disciplinar dos professores que trabalham dentro da realidade da comunidade promovendo a inclusão e a interdisciplinaridade entre os conteúdos na construção de projetos educativos. A participação dos pais tem sido marcante

durante as reuniões bimestrais e quando por algum motivo disciplinar são convocados para comparecer á escola. Neste sentido, os problemas causados pela indisciplina são passados pelos professores para o especialista educacional que em conjunto com a direção e com os pais tentam encontrar soluções que resolvam o problema. Na contra mão da construção dessa autonomia, existe o calendário escolar que é determinado previamente pela Secretaria de Educação sem considerar as particularidades de cada comunidade.

O conselho escolar trabalha no aspecto financeiro em parceria com a escola discutindo a utilização dos recursos recebidos pela instituição de forma clara e competente o suficiente para que sejam empregados de forma adequada. A escola ainda não tem um conselho escolar formado, assim, os recursos são empregados e distribuídos de acordos com as decisões tomadas pela direção da instituição. Deveria acontecer a formação do conselho escolar para discutir com a direção o emprego dos recursos e para tanto é importante incentivar a comunidade, funcionários, alunos e professores a formar o conselho escolar.

A escola não tem grêmio estudantil e as questões levantadas pelos alunos são resolvidas pelas pedagogas e direção. Há pouco tempo, um grupo de alunos do oitavo ano se uniu para formar o grêmio estudantil da instituição, então eles conversaram com os professores, pedagogas e direção sobre esta possibilidade. Posteriormente eles fizeram uma mobilização divulgando a idéia em todas as turmas da escola e contaram com a aceitação da comunidade escolar e começaram a montar as chapas. A eleição ainda não aconteceu, mas em pouco tempo, os alunos terão uma representação estudantil na escola.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

Um instrumento que coloca em prática a gestão democrática na educação é a construção de uma relação de trabalho baseada no diálogo e na compreensão dentro das instituições de ensino como forma de planejar o futuro ou modificar o presente. Partindo desse pressuposto, pode-se dizer que a escola está iniciando um novo caminho desde troca da equipe escolar promovida pela efetivação em 2009. Para que essas relações se tornem mais estreitas, a escola promove encontros e reuniões constantes com sua equipe docente e técnica, para que haja uma

integração e conhecimento maior entre o grupo. Isso tem possibilitado que o grupo fique mais coeso e trabalhe para objetivos comuns.

À medida que o tempo foi passando, uma nova e sólida relação de trabalho está sendo construída entre os novos profissionais da escola, a direção, alunos e comunidade da Vila Ideal. Fato esse que pode ser justificado pela falta de concurso público durante muitos anos no município que trouxe como principal consequência a rotatividade de profissionais. Esta situação dificultou a edificação da relação de trabalho, pois o profissional que ficava apenas um ano na escola não tinha tempo e nem condições de conviver o suficiente com aquela comunidade para trabalhar essa relação.

Depois de sofrer uma pressão política da comunidade escolar e do Ministério Público, a Prefeitura Municipal fez um concurso público em 2008 e começou a efetivar os aprovados em janeiro de 2009. Deste momento em diante, muitas mudanças aconteceram na comunidade, a começar pela estabilização do quadro profissional da escola que trouxe a possibilidade de começar a pensar novamente em construir uma sólida relação de trabalho em união com aquela comunidade e com a direção. Assim, cada profissional tem o seu papel bem definido na instituição, com o devido respeito à hierarquia, mas não existe nenhuma imposição do dirigente sobre os funcionários da escola. Todas as decisões são conversadas e resolvidas em comum acordo através do diálogo entre todos os segmentos da instituição para que a relação estabelecida seja a mais saudável possível. Esse diálogo acontece nas reuniões, nos grupos de estudos e nas reuniões de Conselho de Classe. Existe ainda um movimento da direção da escola, para que seja feita a constituição do Conselho Escolar, que também será um espaço de diálogo e defesas dos interesses comuns de toda comunidade escolar.

Apesar da existência do diálogo entre os funcionários da instituição, ainda não acontece uma autonomia necessária para a construção da gestão democrática entre a escola e a Secretaria Municipal de Educação, pois ela não permite que cada escola da rede construa o seu calendário anual de acordo com cada realidade e necessidade da comunidade, fazendo um único para todas as instituições. A universalização do calendário tem trazido transtornos pedagógicos e sociais para a equipe escolar e alunos pela total falta de liberdade de trabalhar a identidade e particularidades da comunidade.

Uma situação desagradável referente a esse calendário foi a tradicional festa junina que tinha uma data pré-determinada pela Secretaria de Educação desde o início do ano letivo, mas esse dia coincidia com as oficinas do Projeto Escola Aberta, portanto foi remarcada pela direção em comum acordo com a equipe escolar para um outro dia. Pois a Secretaria enviou um fax para a escola um dia antes exigindo que a data pré-estabelecida fosse mantida e que para tanto, as oficinas realizadas para a comunidade naquele dia fossem canceladas ou transferidas para outra data. Assim, como não tinha tempo suficiente para preparar uma festa junina adequada para a comunidade, a escola preparou apenas o que era possível fazer neste pequeno tempo disponível.

8. AVALIAÇÃO

Refletir continuamente sobre o trabalho que se realiza é um meio de avaliar. A avaliação é processual, com o intuito de retomar os pontos que precisam ser revistos seguidos e até eliminados. Todas as atividades são objeto de avaliação seja coletiva ou individual. É sempre dada aos alunos a oportunidade de avaliar os processos utilizados pelo professor. As insatisfações e as dúvidas são resolvidas em sua grande parte, então, os educandos são continuamente incentivados, estimulados, e levados a considerar tanto seus progressos, como refletirem sobre seus erros.

A auto-avaliação é contínua sendo adotada tanto para as questões de relacionamento interpessoal em geral como para as cognitivas, assim, a avaliação tem como objetivo principal promover e elevar a auto-estima e a autoconfiança.

Além do processo avaliativo dos alunos existe também a avaliação de desempenho para os educadores e serviços da escola que inclui os que estão e não estão em estágio probatório e o mínimo a ser alcançado são sessenta pontos. No início do ano é montada uma equipe para avaliar os professores e auxiliares de serviços gerais que é constituída pelo diretor, vice-diretora, uma pedagoga e um professor efetivo que já tenha passado pelo estágio probatório. Após a avaliação o profissional recebe a sua nota em uma ficha e caso não concorde, tem o direito de recorrer democraticamente. O único problema dessa avaliação é a falta de imparcialidade e profissionalismo de alguns avaliadores que podem avaliar o colega

de acordo com os seus interesses pessoais. Mas na escola o processo foi imparcial e democrático, mostrando que a avaliação pode ser um caminho para o funcionário possa rever os seus conceitos e crescer profissionalmente na instituição.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Legislação Educacional vigente na LDB/96 trouxe grandes transformações aos Estados e Municípios que refletiram também no cotidiano escolar. Ao conhecer a Lei, fez-se necessário a instituição de processos democráticos que colocaram em prática o diálogo e a interação entre as partes interessadas em oferecer um ensino de excelência para os alunos que podem ser futuramente os cidadãos críticos e conscientes do seu papel na sociedade atual.

Atualmente uma educação de qualidade é construída a partir de processos e métodos que incluam a comunidade, os professores, funcionários e alunos na vida escolar objetivando a formação de um cidadão crítico diante da realidade que o cerca e para tanto, se faz importante a presença de um gestor que promova espaços de discussão que efetive essa participação comunitária na construção da democracia dentro da escola. Assim, diz Lück em seu artigo:

A criação de ambientes participativos é, pois, uma condição básica da gestão democrática. Deles faz parte a criação de uma visão de conjunto da escola e de sua responsabilidade social;

Então a reinvenção dos espaços públicos por sujeitos sócio-culturais nos remete ao pensamento de que somos hoje depositários da responsabilidade na busca de uma sociedade democrática e que, para alcançá-la e mantê-la, é preciso continuar trabalhando na construção de uma escola democrática ajudando na formação de sujeitos formadores de opinião.

Por mais difícil que possa parecer, a luta social das comunidades carentes reflete o desejo intenso de mudança social. Através de um esforço direcionado e estruturado, a comunidade da Escola Professora Marinete Damasceno Pinheiro vem enfrentando com disposição as dificuldades impostas socialmente, buscando a real modificação do ambiente, oferecendo oportunidade e esperança àqueles que realmente desejam mudar a realidade vivida.

10. ANEXO

Anexo está um projeto trabalhado pela Escola Municipal Professora Marinete Damasceno Pinheiro:

Projeto Abrindo Espaço

• ***Apresentação***

A Educação, como fonte de formação integral do indivíduo, deve ser vista como um processo formativo, desenvolvendo-se no contexto social, englobando a vida familiar, a convivência humana, o trabalho, as instituições de ensino e pesquisa, os movimentos sociais e culturais, a comunidade em sua totalidade. Esta deve proporcionar ao indivíduo pleno desenvolvimento físico psíquico e social, preparando-o para o exercício da cidadania, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, espírito democrático e cooperação.

Sabe-se que embora escola e comunidade sejam diferentes quanto às condições de experiências que possibilitam aos sujeitos, não devem ser concorrentes e a junção destas, necessita ser conciliável na busca da transformação da qualidade de vida dos agentes e no resgate e desenvolvimento da cidadania.

Neste formato, as oficinas atendidas inicialmente serão:

Dia da Semana:	Oficina:	Horário de Atendimento:	Nº de alunos previstos:
Sábado	Teatro e Musicalização	08 às 10 horas.	10
		10 às 12 horas.	10
	Dança – Axé.		
		15 às 17 horas.	25
	CAPOEIRA	13 às 15	25
	ARTES	8 às 10 HORAS.	15
		8 às 12 HORAS	10

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Janete M.L. de. **Implicações da nova lógica de ação do estado para a educação municipal**, Revista Educação & Sociedade n. 80, Campinas: CEDES, 2002.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007.

GADOTTI, Moacir. "**Pressupostos do projeto pedagógico**". In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

OLIVEIRA, João Ferreira de; Moraes Karine Nunes de; Dourado Luiz Fernandes. **Gestão escolar democrática: definições, princípios, mecanismos de sua implementação**. Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br>> Acessado em 27/05/2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br>> Acessado em 27/05/2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRITÉ. **Lei Orgânica Municipal**. 1994.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> > Acessado em 10/08/2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. Disponível em < <http://moodle3.mec.gov.br>> Acessado em 20/05/2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Níveis de Planejamento Educacional**. Disponível em < <http://moodle3.mec.gov.br>> Acessado em 10/08/2010.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível** . 14a edição Papyrus, 2002.